

### Formulário de Resposta aos recursos NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – Superior (ES01 ao ES35)

Questão	Justificativa	Conclusão (Deferido ou Indeferido)	Resposta Alterada para:
TIPO 1: 21 TIPO 2: 22 TIPO 3: 23	<p>A alternativa correta é: (C) Recusar o pedido do colega e orientá-lo sobre os princípios da administração pública, destacando a importância da impessoalidade e da moralidade.</p> <p>O servidor público deve pautar sua conduta pelos princípios da administração pública, conforme previstos no caput do Art. 37 da Constituição Federal, que são: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.</p> <p>No caso apresentado, antecipar um processo licitatório para beneficiar um amigo é uma atitude que fere a moralidade, a impessoalidade e a legalidade. Ainda que o colega e o beneficiário sejam pessoas próximas, a relação pessoal não pode sobrepor-se ao interesse público.</p> <p>(A) – Errada: Priorizar relações interpessoais em detrimento do interesse público é uma afronta direta aos princípios constitucionais da administração. Tal atitude pode configurar ato de improbidade administrativa.</p> <p>(B) – Errada: Embora o servidor ignore o pedido, omitir-se sem comunicar a situação pode ser considerado conivência ou omissão culposa. O Código de Ética do Servidor Público exige ação proativa e transparente diante de condutas irregulares.</p> <p>(D) – Errada: Transferir a responsabilidade a um superior sem se posicionar não resolve a questão ética. A conduta ética exige que o servidor tome uma postura clara e oriente corretamente o colega, zelando pela integridade do processo.</p> <p>(E) – Errada: A justificativa de "não haver consequências negativas" não elimina o favorecimento indevido. A ação ainda seria ilegal e antiética, independentemente das intenções ou dos efeitos.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
TIPO 1: 22 TIPO 2: 21 TIPO 3: 30	<p>A alternativa INCORRETA é: (E) é permitida a designação de agentes que sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau de licitantes ou contratados habituais da Administração, desde que não</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>haja conflito de interesses declarado.</p> <p>A questão trata do Art. 7º da Lei nº 14.133/2021, que estabelece as normas gerais de licitações e contratos administrativos. Esse artigo define regras para a designação de agentes públicos que atuam em funções essenciais relacionadas à execução da Lei, como a condução de licitações, análise de propostas, fiscalização de contratos, entre outras.</p>		
<p>TIPO 1: 24</p> <p>TIPO 2: 23</p> <p>TIPO 3: 22</p>	<p>A alternativa correta é: (C) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.</p> <p>I. Incorreta. “Os contratos administrativos são regidos exclusivamente pelo direito privado...” Errado. Os contratos administrativos são regidos principalmente pelo direito público, embora em alguns aspectos subsidiários possa haver aplicação do direito privado. A ideia de que são “exclusivamente” regidos pelo direito privado está incorreta. Eles têm normas próprias e incluem cláusulas chamadas exorbitantes, que não existem no direito privado.</p> <p>II. Correta. “A Administração Pública pode modificar unilateralmente o contrato...”</p> <p>Certo. De acordo com a Lei nº 8.666/1993 (antiga) e com a Lei nº 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos), a Administração pode sim modificar unilateralmente os contratos administrativos por motivo de interesse público, respeitando os limites legais.</p> <p>III. Correta. “Os contratos administrativos podem ser classificados em contrato de obra, serviço, fornecimento, gestão...” Certo. A doutrina e a legislação reconhecem essas classificações: (Obra pública, Serviço, Fornecimento, Gestão (como o contrato de gestão com organizações sociais). Portanto, a afirmativa está correta.</p> <p>IV. Correta. “Cláusulas exorbitantes são prerrogativas especiais da Administração...”</p> <p>Certo. Cláusulas exorbitantes conferem poderes especiais à Administração Pública que não existem nos contratos entre particulares, como a rescisão unilateral, modificação unilateral, fiscalização direta, entre outros.</p> <p>V. Incorreta. “A duração dos contratos administrativos é sempre indeterminada...”</p> <p>Errado. Os contratos administrativos têm duração determinada, salvo</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>exceções previstas em lei, como:</p> <p>Contratos de serviços contínuos (prorrogáveis até 60 meses, com mais 12 em casos excepcionais)</p>		
<p>TIPO 1: 26</p> <p>TIPO 2: 30</p> <p>TIPO 3: 29</p>	<p>Alternativa correta: (E) a administração do patrimônio público.</p> <p>O inciso III do Art. 7º da LAI garante ao cidadão o direito de obter informações sobre:</p> <p>“a administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitações, contratos administrativos”, entre outros itens.</p> <p>Portanto, essa alternativa está exatamente de acordo com a redação legal e contempla o conteúdo mencionado no enunciado da questão.</p> <p>(A) a proteção de informação subjetiva.</p> <p>Errada. A LAI trata da publicidade de informações objetivas. O termo "informação subjetiva" nem é citado na lei, e, além disso, informações pessoais protegidas por sigilo não se enquadram como acesso público irrestrito.</p> <p>(B) condições inapropriadas de órgãos públicos e privados.</p> <p>Errada. A LAI não trata de condições “inapropriadas”, nem usa esse tipo de linguagem avaliativa ou vaga. A lei regula o acesso a informações e não emite juízo de valor sobre condições institucionais.</p> <p>(C) protocolos de documentos e requerimentos externos.</p> <p>Errada. Protocolos podem ser acessados, mas não são o foco principal do Art. 7º. A menção específica do artigo diz respeito a licitações, contratos e uso de recursos públicos.</p> <p>(D) a tramitação de documentos de importação pública.</p> <p>Errada. Essa expressão não é utilizada na LAI. Além disso, "importação pública" não é um termo técnico reconhecido dentro da legislação da transparência.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
<p>TIPO 1: 29</p> <p>TIPO 2: 25</p> <p>TIPO 3: 24</p>	<p>ALTERNATIVA CORRETA LETRA C. A suspensão temporária para participar de licitações pode ser de até 2 anos. Essa alternativa transcreve corretamente o inciso IV do artigo 33 da LAI.</p> <p>INCORRETA - A) A Advertência pode ser aplicada como penalidade, após negado o direito de defesa do interessado.</p> <p>Nenhuma sanção administrativa pode ser aplicada sem garantir o contraditório e ampla defesa, conforme o art. 5º, inciso LV da Constituição Federal.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Isso torna a alternativa inconstitucional e incompatível com a LAI.</p> <p>INCORRETA. (B) A declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a administração pública é uma sanção. A sanção correta é a declaração de inidoneidade (não idoneidade).</p> <p>"Declaração de idoneidade" seria, na verdade, uma reabilitação, e não uma penalidade.</p> <p>INCORRETA. (D) A reabilitação para contratar com a administração pública ocorre automaticamente após 2 anos.</p> <p>O Art. 33, inciso V, afirma que a reabilitação deve ser promovida pelo interessado, perante a mesma autoridade que aplicou a sanção.</p> <p>Não é automática, mesmo após o prazo de 2 anos.</p> <p>INCORRETA. (E) A aplicação de qualquer sanção é de competência exclusiva do Ministério Público.</p> <p>O Ministério Público não tem competência exclusiva para aplicar essas sanções.</p> <p>A aplicação das penalidades cabe às autoridades administrativas competentes, conforme a infração e o vínculo da pessoa/entidade com a administração pública.</p>		
<p>TIPO 1: 30</p> <p>TIPO 2: 27</p> <p>TIPO 3: 26</p>	<p>A alternativa correta é: (D) Feminicídio.</p> <p>O feminicídio não é um crime que se enquadra entre os crimes praticados por funcionário público contra a Administração Pública, de acordo com o Código Penal Brasileiro.</p> <p>Crimes contra a Administração Pública (arts. 312 a 327 do Código Penal):</p> <p>São crimes cometidos por funcionário público no exercício de sua função ou em razão dela, como:</p> <p>(A) Peculato – Quando o funcionário se apropria de bens ou valores que tem posse em razão do cargo.</p> <p>(B) Corrupção passiva – Quando solicita ou recebe vantagem indevida.</p> <p>(C) Prevaricação – Quando retarda ou deixa de praticar ato de ofício por interesse pessoal.</p> <p>(E) Vantagem indevida – Está presente em crimes como corrupção passiva e ativa.</p> <p>(D) Feminicídio:</p> <p>Trata-se de um crime contra a vida, previsto no art. 121, §2º, VI do</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

	<p>Código Penal, como forma qualificada de homicídio quando cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.</p> <p>Não tem relação com a Administração Pública ou com o exercício da função pública.</p>		
--	--	--	--